



IUM Atualidade



A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa

Capitão GNR Adriana Martins



*Número 21
Janeiro 2021*

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

***A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa
Inteligente Chinesa***

Autor:

Capitão GNR Adriana Martins

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM

Janeiro de 2021

A publicação ***IUM Atualidade*** visa publicar eletronicamente no sítio do IUM, ensaios ou artigos de opinião sobre temas de segurança e defesa da atualidade, assim como trabalhos sobre temáticas pertinentes e de mais-valia para a *práxis* do Instituto, preferencialmente da autoria de docentes do IUM, investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros, a convite do Diretor ou por iniciativa própria.

Números publicados:

1. Intervenção Militar Francesa no Mali – Operação SERVAL (Abril de 2014)
Tenente-coronel de Infantaria Pedro Ribeiro
Major de Infantaria António Costa
Major de Infantaria Hugo Fernandes
2. A Aviação Estratégica Russa (Dezembro de 2014)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
3. A Crise na Ucrânia (Março de 2015)
Tenente-coronel de Engenharia Leonel Martins (Coord.)
Tenente-coronel Navegador António Eugénio (Coord.)
4. A Dissuasão Nuclear na Europa Central (Outubro de 2015)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
5. Afeganistão treze anos depois (Fevereiro de 2016)
Tenente-coronel Técnico de Informática Rui Almeida
6. O Aviador do Futuro: evolução expectável e possíveis contributos da *Internet* das Coisas (IoT) (Abril de 2016)
Coronel Piloto-Aviador António Moldão
7. (Versão Portuguesa)
Regras e Normas de Autor no CIDIUM: Transversais e Específicas das Várias Linhas Editoriais (Julho de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
7. (Versão Inglesa)
CIDIUM Publication Guidelines: General and Specific Guidelines of the IUM (Novembro de 2017)
Coronel Tirocinado Lúcio Santos
Major Psicóloga Cristina Fachada
8. Capacidades balísticas no território de Kaliningrado (Dezembro de 2017)
Coronel Técnico de Manutenção de Armamento e Equipamento José Mira
9. O processo estratégico do poder financeiro internacional para a defesa do interesse nacional (Junho de 2018)
Professora Doutora Teodora de Castro
10. Armas “proibidas”: O caso dos lasers cegantes (Julho de 2018)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
11. A “nova” república da Macedónia do norte: significado geopolítico e geoestratégico (Agosto de 2018)
Tenente-coronel (GNR) Marco António Ferreira da Cruz

12. Mobilidade no espaço da CPLP: Desafios securitários (Setembro de 2018)
Major de Artilharia Pedro Alexandre Bretes Ferro Amador
13. A crise dos migrantes e refugiados no espaço Europeu. Contributos do instrumento militar (Novembro de 2018)
Major de Engenharia João Manuel Pinto Correia
14. *NATO after the Brussels Summit. An optimistic perspective* (Novembro de 2018)
Tenente-coronel de Infantaria Francisco Proença Garcia
15. *John McCain: o militar que serviu a América e deixou um exemplo ao mundo* (Dezembro de 2018)
Major de Artilharia Nuno Miguel dos Santos Rosa Calhaço
7. (2.^a edição, revista e atualizada) *Regras e Normas de Autor no IUM* (Janeiro de 2019)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
16. *O poder de Portugal nas relações internacionais* (Março de 2019)
Professor Doutor Armando Marques Guedes (Coord.)
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa (Coord.)
17. *Impactos da impressão 3d num futuro próximo* (Junho de 2019)
Geanne Costa
Maria Clara de Abreu Rocha e Silva
Neandro Velloso
Tenebte-coronel Pedro Alenxadr Bretes Amador
Tiago Miguel Felicio Dâmaso
7. (3.^a edição, revista e atualizada) *Normas de Autor no IUM* (Fevereiro de 2020)
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão-de-fragata Nuno Miguel Brazuna Ranhola
Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros
Coronel Tirocinado (Res) Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
18. *INF-KILLER: O míssil de cruzeiro russo 9M729* (Junho de 2020)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
19. *United States Space Force: Necessidade militar ou golpe publicitário?* (Junho 2020)
Coronel (Res) José Carlos Cardoso Mira
20. A Europeização da Política
Dr. José Ribeiro e Castro

Como citar esta publicação:

Adriana, M. (2021). *A Resposta Resiliente Europeia à Liderança Atrativa Inteligente Chinesa*. IUM Atualidade, 21. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general José Augusto de Barros Ferreira

Editor-chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenadora Editorial

Tenente-coronel Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Manobra e Serviços Jorge Luis Pereira Alvoeiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

www.ium.pt/cisdi/publicacoes

ISSN: 2183-2560

© Instituto Universitário Militar, janeiro, 2021

Nota do Editor:

O texto/conteúdo da presente publicação é da exclusiva responsabilidade do seu autor.

A RESPOSTA RESILIENTE EUROPEIA À LIDERANÇA ATRATIVA INTELIGENTE CHINESA

THE EUROPEAN RESILIENT RESPONSE TO CHINESE INTELLIGENT ATTRACTIVE LEADERSHIP

Adriana Martins

Capitão da Guarda Nacional Republicana

Investigadora Integrada do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos
Portugal

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5494-0992>

martins.afg1@gnr.pt

RESUMO

Este artigo resulta da preleção apresentada sobre a relação entre a União Europeia e a República Popular da China no âmbito do 1.º Curso Avançado de Estudos Europeus, organizado pelo Instituto Universitário Militar em parceria com o Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, de 16 a 27 de novembro de 2020. Neste artigo é abordada a resposta resiliente da União Europeia face à atual liderança atrativa da República Popular da China, sublinhando a importância da estratégia de ganhos mútuo como alicerce para um futuro próspero para humanidade.

Palavras-Chave: Resiliência; Liderança Atrativa Inteligente; Estratégia de Ganhos Mútuos.

ABSTRACT

This article is the result of the lecture on the relationship between the European Union and the People's Republic of China within the scope of the first Advanced Course in European Studies, organized by the Military University Institute in collaboration with the Institute for Political Studies, from 16 to 27 November 2020. This article approaches the European Union's resilient response to the smart attractive leadership of the People's Republic of China, underlining the importance of the win-win strategy and mutual benefits as the foundation for a prosperous future for humanity.

Keywords: Resilience; Smart Attractive Leadership; Win-Win Strategy; Mutual Benefits.

INTRODUÇÃO

Analisar a relação entre a União Europeia e a República Popular da China - adiante designada de China - é sempre um desafio que gera controvérsias e inquietações. Habitualmente: contrapõe perspectivas; visões e abordagens; conceitos de *rule of law*; formas de influenciar a liderança e a ordem mundiais e o equilíbrio da balança de poderes; conceitos de direitos humanos e de economia de mercado.

Por exemplo. A perspectiva eurocentrista do mundo não é adotada pela China que se vê como o epicentro do e no mundo, designando-se como o Império do meio ou Reino do meio (Holslag, 2019) — na percepção chinesa, permanece a visão de ordem mundial sinocêntrica que advoga a premissa básica de que a China é o centro do universo (Kissinger, 2011). Este facto também encontra substância na palavra zhongguó (中国) e no mapa geográfico.

A palavra zhongguó (中国) em português significa China e individualmente guó (国) é país e zhong (中) é meio, ou seja, o país do/no meio.

Quanto ao mapa geográfico, da perspectiva da China a cartografia destaca-a como o centro do mundo acompanhada, do lado direito, pelo continente americano e, do lado esquerdo, pelos continentes europeu e africano (Figura 1).

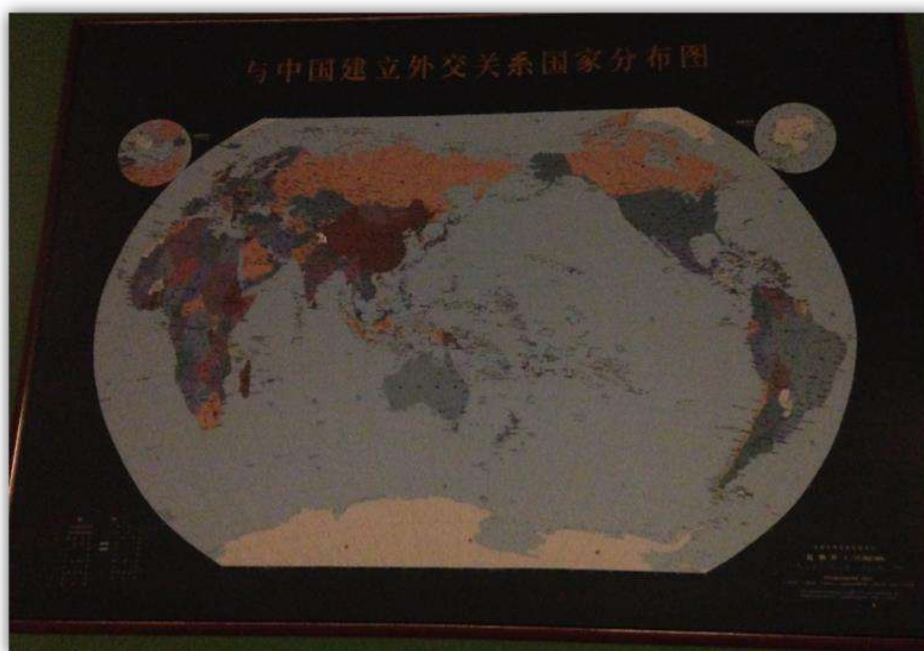


Figura 1 – Imagem obtida pela Autora na visita à exposição da comemoração dos 40 anos da política de reforma e abertura ao mundo localizada na sala das lembranças, em Pequim, em 2018

Embora a visão eurocêntrica centrada no atlântico contraponha a visão sinocêntrica centrada no pacífico, a sua geografia origina o supercontinente Eurásia que aproxima a Europa da China mas cujas extremidades enquadram diferentes realidades.

O lado do atlântico converge para a ordem liberal e para o espaço de defesa coletiva, formado pela histórica aliança estratégica entre a Europa e os Estado Unidos da América. Já o lado do pacífico assenta no triângulo estratégico (Gaspar, 2019), formado pelos Estados Unidos da

América, China e Rússia, cujas assimetrias, tanto políticas como económicas, têm influenciado o sistema internacional e o equilíbrio da balança de poderes, com reflexos na Europa.

Ora, o Académico Zhang Wei Wei (2018b) aborda as contradições com base na diferença entre estes sistema político e modelo económico. Este Autor (2018b) defende que é a singularidade do modelo chinês que tem: permitido à China conseguir contrariar previsões ocidentais e a tese “o fim da história e o último homem”; impedido que a crise económica ocidental afete a China; oxigenado o seu rápido crescimento, especialmente, nos últimos anos; aumentado os índices de produto interno bruto, do volume de trocas comerciais e do turismo internacional chinês, reduzido os índices de pobreza e diminuído as desigualdades sociais entre a *pólis* e o rural.

Simultaneamente, a soberania, a identidade e a integridade nacionais constituem a máxima a preservar pela civilização chinesa, pelo que, o desrespeito pelas potências ocidentais europeias originou ao que a China designa de século da humilhação (Jinping, 2018). Segundo a perspetiva chinesa, este é o período temporal durante o qual a China esteve sob o domínio ocidental como ilustra a derrota nas guerras do ópio e consequente aceitação dos tratados desiguais. Contudo, o século da humilhação tem sido o sustentáculo de promoção do sonho de revitalização e de rejuvenescimento da civilização chinesa (Hui, 2017) como ideal de crescimento nacional e de ascensão internacional que a poderá levar a ser novamente esplêndida. Como menciona Carlos Gaspar, aquele sonho “[...] consubstancia-se na “renascença nacional” que quer corrigir a injustiça histórica dos “cem anos de humilhação” e restaurar a posição da China na ordem mundial” (Gaspar, 2019, p. 197).

Note-se que esta intenção é alimentada pela noção de sonho e não da de nação em armas ou de confronto bélico similar ao “sonho americano” aquando da ascensão como potência dominadora do mundo (Mações, 2018). Isto é, aquele sonho tem por finalidade unir a China e fortalecer o sentimento de identidade coletiva nos corações e nas mentes de cada cidadão chinês.

Ora, a concretização deste sonho exige: competência no domínio da inteligência contextual e social, “(...) associada à capacidade de entender um ambiente envolvente e de aproveitar as tendências (...)” (Nye, 2012, p. 17); compreensão profunda dos vários tipos e usos do poder e capacidade de converter fontes de poder em estratégias que produzam resultados (Nye, 2012); que melhorem a perceção do cidadão do mundo sobre a civilização chinesa e que a elevem a patamares internacionais ainda não alcançados. Para tal, a China tem explorado interesses comuns, que a aproxima à União Europeia e bilateralmente a vários Estados-Membros, e que são inteligentemente promovidos pela sua grande estratégia, atualmente designada de *Belt and Road Initiative* (BRI) que sucedeu à designação de *One Belt One Road*.

Simultaneamente, conscientes de que “(...) o poder militar providencia um grau de segurança que está para a ordem assim como o oxigénio está para a respiração: mal se nota até começar a rarear” (Nye, 2012, p. 70), a União Europeia e a China têm desenvolvido e modernizado as capacidades militares.

É neste quadrante que o projeto europeu, como espaço de segurança coletiva, e o sonho chinês, que promete rejuvenescer a civilização chinesa, tanto se aproximam pelas oportunidades que podem estabelecer para preservar os seus modos de vida como se afastam pelas suas divergências. Ao mesmo tempo, este espectro de convergências acentua incertezas que geram inquietações. Sobremaneira, inquieta a União Europeia por não saber como agir face à liderança

atrativa inteligente da China. Assim, a resposta a esta inquietação irá abordar os múltiplos usos da BRI que resulta da interligação dos domínios económico, cultural, tecnológico, militar e político.

1. OS MÚLTIPLOS USOS DA *BELT AND ROAD INITIATIVE*

Tanto a União Europeia como a China têm uma visão assente na ideia de partilha e que, aparentemente, favorece a conectividade e as relações de ganhos mútuos.

Enquanto coletividade, a União Europeia promove a ideia de partilha entre os Estados-Membros, aspirando a ser mais forte através de uma ação comum e coletiva, ainda que tenha de enfrentar situações como o BREXIT que a desestabilizam.

Como entidade única, a China concentra-se na ideia de partilha de um futuro para a humanidade — em alinhamento com a ideia de uma visão comum para a humanidade referida na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) — ao mesmo tempo que ambiciona ser a superpotência através de uma abordagem bilateral que dissimula o princípio dividir para governar.

Iniciada em 1978, a política de reforma e de abertura ao mundo marcou não só uma nova era da política externa da China como também uma nova forma de influenciar o ónus do poder, a ordem global e as agendas de diversos líderes políticos e de instituições internacionais, logo o equilíbrio da balança do poder. Esta política teve por base uma ascensão mundial pacífica — posteriormente designada de desenvolvimento pacífico — através da construção de relações de cooperação, orientadas segundo os princípios da coexistência pacífica¹, e segundo uma perspetiva de longo prazo que explora não só os domínios económico, cultural, tecnológico e militar como também, e de forma permanente, a diplomacia política dos grandes líderes (Carneiro & D'Oliveira Martins, 2014). Sobretudo, acentua a importância da criação e da manutenção de redes como fontes de poder cuja partilha com outros permite concretizar os objetivos propostos e alcançar os fins determinados (Nye, 2012).

Tendo por base este princípio, desde 2013, a China tem readaptado as intenções que remontam a tempos imperiais e que, não raras as vezes, têm sido relacionadas com a modernização das Rotas da Seda, terrestre e marítima. O resultado desta intenção é a atual BRI.

Segundo Zhang Wei Wei (2018a), esta iniciativa tem por base uma abordagem de ganhos e benefícios mútuos que contraria a abordagem de soma-zero, assente na invasão, no colonialismo e no domínio imperialista para ascender ao ónus do poder mundial praticado pelas potências ocidentais europeias. As mesmas potências que no século XIX a cercaram e exigiram mais relações comerciais para exportação de bens.

É ainda defendido que aquela iniciativa permite reunir à mesma mesa civilizações marítimas e terrestres que partilham um interesse comum: alcançar a paz e a prosperidade económica mundiais (Wei, 2018a), reforçar o espaço geográfico eurasiático e alterar a relação desigual entre Norte e Sul (Hui, 2017).

¹ Os cinco princípios de coexistência pacífica são: respeito mútuo à soberania e à integridade territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos de um Estado; igualdade e benefício recíproco; coexistência pacífica.

Veja-se que, conforme ilustra a Figura 2, o norte e o sul aproximam-se através do corredor marítimo, que se sobrepõe ao de maior tráfego comercial marítimo². É o corredor marítimo da BRI que liga os oceanos pacífico, ártico, atlântico e Índico, e o mar do sul da China ao mar mediterrâneo pelo mar vermelho — quiçá, irá ligar o mar mediterrâneo ao oceano atlântico, como resultado de uma hipotética gestão do porto de Sines. É o mesmo corredor que aproxima a Eurásia à África e que exclui os Estados Unidos da América de qualquer proximidade, posicionando a União Europeia entre o aliado histórico e o parceiro económico de Estados-Membros.

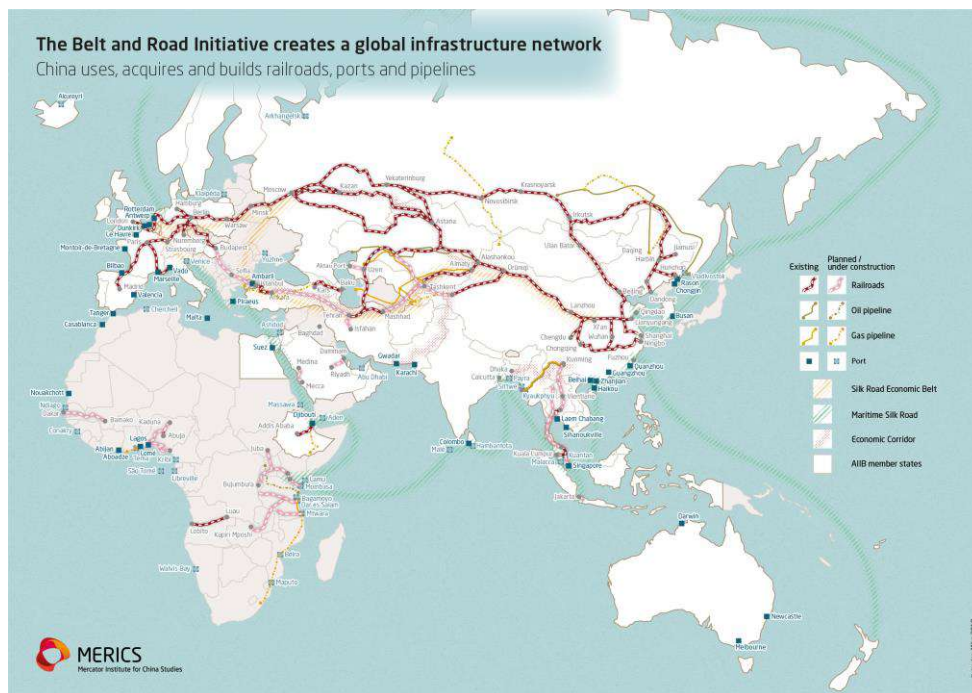


Figura 2 – Map of the Belt and Road Initiative
Fonte: Mercator Institute (2018).

Quando à relação em análise, a proximidade geográfica, facilitada pelo espaço eurasiático que eleva a conectividade (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019) — logo eleva as relações comerciais — tem permitido à China aproximar-se de Estados-Membros da União Europeia, atraindo-os a aderir voluntariamente à BRI ou a estabelecerem memorandos de entendimento.

Ora, à primeira vista, esta iniciativa é atrativa. Enquadrada numa estratégia de ganhos mútuos, atraindo pela possibilidade que apresenta em desenvolver e modernizar corredores e infraestruturas ferroviária, rodoviária, de oleodutos e de gasodutos, nos Estados que aderem à BRI e que de outra forma não conseguiriam este feito. Isto é, esta iniciativa envolve todos a que a ela aderem numa relação que se designa por ganhos mútuos porque o investimento da China permite o desenvolvimento e a modernização de infraestruturas da outra parte. Porém, o financiamento

² Cfr. Mapa da economia do mar. Retirado de <https://www.pwc.pt/publicacoes/leme/mundo/pwc-leme-mapa-mundo-2020.pdf>

chinês tem juros associados e a construção é na maioria das vezes da responsabilidade de empresas chinesas. Aquele investimento também tem condicionantes. A destacar: a incapacidade de respeitar o compromisso por uma das partes requer a “cedência” do compromisso à China. Assim, a China poderá acumular a responsabilidade de gerir os fluxos de bens nos terminais dos portos marítimos, influenciando a autonomia estratégica dos Estados que a ela aderem.

De acordo com a Figura 3, no caso de Estados-Membros da União Europeia, os portos que integravam o corredor marítimo da BRI (pelo menos) desde 2018 eram: portos de Bilbao e Valência/Espanha; portos de Marselha, Montoir de Bretagne, Le Havre e Dunquerque/França; Vado/Itália; Pireus/Grécia; porto de Antuérpia/Bélgica; Porto de Roterdão/Holanda; a que acrescem recentemente outros portos.



Figura 03 – Rota Marítima da *Belt and Road Initiative* e portos sob o controlo chinês e planeados para serem controlados

Fonte: *Mercator Institute* (2018).

Embora a gestão dos portos marítimos concedam influência à China, em termos de relações comerciais, ela não é o principal parceiro de cada um dos Estados-Membros da União Europeia (Poggetti, 2020) cujo pódio é ocupado pelo mercado único europeu (Poggetti, 2020). Já quanto à União Europeia a situação é semelhante. A União Europeia é o principal parceiro económico da China, mas a China não é o seu principal parceiro comercial (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019). Esta realidade trás tanto desafios como oportunidades. No quadro dos desafios, por exemplo, a indústria farmacêutica e tecnológica da União Europeia depende de ingredientes farmacêuticos e de baterias vindos da China (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019). Tal situação é agravada pela ausência de reciprocidade atendendo à desigualdade de acesso ao mercado chinês por empresas do espaço da União Europeia (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019). Entre as condições de acesso a mercado chinês está a obrigatoriedade das empresas se submeterem a requisitos onerosos ou de transferirem tecnologia chave para empresas congêneres chinesas (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019).

No quadro das oportunidades, e consciente de que a China precisa da União Europeia para obter conhecimento e exportar bens, a União Europeia tem assumido várias responsabilidades. No âmbito do acordo de investimento, a União Europeia tem debatido com a China a assimetria de acesso ao mercado comercial chinês, por empresas do espaço da União Europeia. Paralelamente, a União Europeia tem envolvido a China numa abordagem conjunta aos princípios da economia de mercado estabelecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Poggetti, 2020) e na reforma da Organização Mundial do Comércio (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019).

Para além deste imperativo, a União Europeia e a China tem ainda pela frente o desafio de unirem esforços no combate às alterações climáticas e na proteção dos oceanos (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019).

Este envolvimento exige um compromisso mútuo na transição para uso de energias verdes, com ramificações comerciais e que as aproxima cada vez mais. Um exemplo. O compromisso da China com o Acordo Paris tem se refletido na mobilidade elétrica que a tornou num dos principais mercados de venda de veículos elétricos. Deste modo, a indústria automóvel europeia com ligações ao mercado chinês teve de readaptar a produção para veículos elétricos sob pena de reduzir lucros. Este facto ilustra a dependência complexa entre aqueles atores, em que uma decisão de um dos atores tem influências no outro ator.

A China tem também explorado outros domínios graças à conectividade promovida pela BRI: na educação, a China oferece bolsas de estudo a estudantes estrangeiros que queiram obter o grau de mestre ou de doutor na China ao mesmo tempo que expande os Institutos Confúcio por todo o mundo possibilitando a aprendizagem do mandarim e da cultura chinesa; no turismo, fomenta o aumento do número de turistas chineses por todo o mundo e que se vislumbra em vários aeroportos que endereçam as boas vindas em mandarim, e impulsiona a classificação de património nacional em mundial pela UNESCO; ao nível das infraestruturas básicas, auxilia diversos países no financiamento e construção de escolas, bibliotecas, hospitais, infraestruturas desportivas, barragens, ou ainda na aquisição de infraestruturas críticas como aconteceu com Portugal em 2008.

Outro ponto. Nesta era que é considerada a 4.^a Revolução Industrial e que acentua o domínio de dados como a principal fonte de poder, a China continua a expandir a BRI à arena tecnológica.

A arena tecnológica relaciona-se com o que se designa por sistema integrado de vigilância e controlo por meios digitais e que tem por base a inteligência artificial. Este sistema exige sublimemente a cedência voluntária — ainda que não raras as vezes possa ser desinformada e inconsciente — de informação em relação a rotinas, hábitos, comportamentos, gostos e capacidade financeira (entre outros) ao mesmo tempo que influencia escolhas. A relevância do domínio tecnológico pode ser mostrada, por exemplo, através do aplicativo Wechat associado à carteira digital e aos códigos QR.

O Wechat é o aplicativo que concentra o *Facebook*, o *Instagram*, o *WhatsApp* e que permite: enviar mensagens escritas ou de voz; fazer chamadas ou videochamadas; ter um grupo privado; ter um perfil; seguir um perfil popular; publicar momentos ou ver as publicações; criar e ter um perfil; encomendar comida rápida a ser entregue no domicílio; chamar um táxi; adquirir bilhetes de transportes públicos; pagar todas as compras desde o simples café às do supermercado; ver o extrato de despesa; marcar uma consulta médica; fazer carregamentos de telemóvel; pagar as

contas do domicílio; solicitar a ementa no restaurante, sem precisar da presença do empregado; transferir e receber dinheiro; receber notícias sobre determinadas lojas ou ainda sobre os espetáculos culturais; ser uma plataforma de aprendizagem; ter acesso a várias publicidades, entre outras. Esta panóplia de tarefas, realizadas à distância de um clique, torna o Wechat útil, conveniente e eficaz. Tal facto é também possível porque na China, praticamente, todos os cidadãos e todos os estabelecimentos, de todos os lugares, têm códigos QR³. Através do telemóvel, com internet e com câmara, onde é descarregada a aplicação Wechat que contém a carteira digital, é lido o código QR e liquidado de imediato o encargo respetivo, sem recurso a notas ou a moedas e sem dispêndio de tempo.

Se se pensar na informação que é cedida no momento da leitura de um código QR através do Wechat, percebe-se a possibilidade em traçar a rotina diária de alguém, nomeadamente, sobre o que fez e quando e onde esteve.

A esta possibilidade acresce: a intrusão massiva das câmaras de vídeo vigilância, com capacidade de reconhecimento facial e de movimentos humanos – e com a aspiração de prever comportamentos – a curta e a longa distâncias, existentes praticamente em todos os recantos públicos da China, em nome da proteção de uns mas que constrange os direitos, liberdades e garantias de outros; o controlo dos satélites e a liderança da tecnologia 5G que permitem ter um elevado volume de informações que capacita a China a estabelecer o friso cronológico de uma vida humana. Junta-se a estas possibilidades, a política nacional *Made-in China 2025* que estimula a autossuficiência tecnológica e a capacidade de inovação para enfrentar os Estados Unidos da América (Huotari & Weidenfeld, 2020) e desafiar a União Europeia, transformando a China na fábrica do mundo de alta tecnologia.

Ora, esta aspiração não se fica dentro das fronteiras soberanas da China. Ela ascende à ramificação da BRI em *Belt and Road Digital* (BRD). Através da BRD a China tem: auxiliado no crescimento de cidades digitais, por exemplo, em Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, que adotam o sistema de videovigilância e cujo processo de implementação e de monitorização tem sido da responsabilidade da China; e a comercialização dos telemóveis *Huawei*, com preços acessíveis a cidadãos de Estados europeus, asiáticos, africanos e sul americanos que de outra forma não a poderiam adquirir.

Esta é a área que notoriamente a China quer liderar mas que subjaz a dúvida quanto ao seu duplo uso em termos de desinformação, de desestabilização e (sobremaneira) de influência (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019). É por esta razão que alguns Estados-Membros têm totalmente ou parcialmente negado a entrada do 5G chinês (Huotari, & Weidenfeld, 2020).

Apesar de a China estar a redesenhar um aparente modelo de desenvolvimento mútuo que permite o aumento da mobilidade transcontinental de pessoas e de bens por via marítima e terrestre, que integra o espaço eurasiático através da conectividade económica, financeira, cultural e tecnológica (Gaspar, 2019) e que ergue o princípio de ganhos mútuos, esta atitude exige prudência e cautela.

³ Os códigos QR são bidimensionais em que QR significa quick response, ou resposta instantânea/imediata.

Ao mesmo tempo, a China constrói ilhas artificiais no mar do sul da China, alargando a sua zona económica exclusiva sob o enquadramento das nove linhas tracejadas⁴ sem observar as decisões do Tribunal Internacional do Direito do Mar nem interesses regionais – esta atitude afeta a estratégia dos Estados Unidos da América de domínio dos oceanos por meios militares.

A China está ciente quanto à imprevisibilidade de uma possível reação de cariz militar por parte dos Estados Unidos da América. Como líder do Exército de Libertação Popular, Xi Jinping aspira desenvolver e modernizar o seu potencial de combate para que, em 2049, não hajam dúvidas quanto à capacidade de intervir e vencer – deverão incluir-se as capacidades de projeção a longas distâncias e a de autossustentação por longos períodos de tempo. Esta aspiração tem sido auxiliada pela primeira base militar no Djibouti a que se soma a possibilidade de duplo uso de portos comerciais em bases navais, controlados através do corredor marítimo minuciosamente desenhado pela BRI – atente-se que este corredor tem permitido (ainda que de forma lenta) cercar a União Europeia.

Esta aspiração refletiu-se também no Dia de Defesa Nacional, comemorado, em parada, no dia 01 de outubro de 2019 com o maior desfile militar: 15.000 militares marcharam; 580 meios militares terrestres e 160 meios militares foram exibidos e mísseis hipersónicos de médio-alcance foram revelados (Post, 2019). No total, segundo a China, 40% do equipamento militar que desfilou na parada foi mostrado pela primeira vez (Post, 2019).

O desenvolvimento das *hard skills* é também seguido pelo das *soft skills*. Neste campo, a China tem aumentado o número de participações do Exército de Libertação Popular em missões de paz sob a égide da ONU, espelhada recentemente na publicação do livro branco sob o título “Forças Armadas da China: 30 Anos de Operações de Manutenção de Paz da ONU” (China Daily, 2020).

Ainda neste campo, a par da União Europeia, a China tem assumido o compromisso na promoção de estabilidade em várias regiões do mundo. Por exemplo, tem-se disponibilizado para mediar os conflitos entre Síria e Afeganistão, Israel e Palestina, e Arábia Saudita e Irão (Legarda, 2020). Tem tido um interventivo papel no processo de desarmamento nuclear junto da Coreia do Norte enquanto aumenta a sua influência nos Balcãs Ocidentais e no Norte de África e Médio Oriente. Embora estas ações reforcem as ações desenvolvidas pela União Europeia na promoção da estabilidade regional, elas também fraturam a “bacia” de missões civis e operações militares europeias que têm por objetivos capacitar outros a agir e proteger o espaço europeu.

Aquela aspiração acompanhada do desenvolvimento tanto das *hard skills* como das *soft skills* enfatiza a caracterização de que a China é uma potência pacífica, mas não pacifista (Carriço, 2018). Isto é, a China apesar de contribuir para um certo nível de ordem mundial através da exploração do poder suave, aspira modernizar e melhorar o potencial de combate do Exército de Libertação Popular, alargando a sua influência a níveis globais. Tal aspiração sustenta a hipótese de alcançar a supremacia militar ancorada num reconhecido poder de dissuasão face, no limite, à pronta capacidade de intervir, em qualquer lugar e em qualquer momento, para vencer, possibilitada pela especulativa exploração de portos comerciais marítimos em bases navais.

Porém, em caso de incorreta gestão, esta ação poderá alimentar um hipotético conflito à escala mundial, com efeitos e consequências imprevisíveis, cuja prevenção carece de uma leitura

⁴ Esta região contém uma das principais rotas comerciais marítimas do mundo.

atenta pela União Europeia sobre os ensinamentos de Tucídides e inscritos no tradicional dilema de segurança.

Como já referido a ascensão do dragão asiático posiciona a União Europeia entre o aliado histórico de Estados-Membros e o parceiro económico, pelo que a União não pode ignorar a relevância do domínio militar. Nesta medida, a União Europeia tem reforçado a cooperação com a NATO. Porém, a possibilidade de invocação do Artigo 5.º “Defesa Mútua” – que não envolve todos os Estados-membros da União Europeia – exige outras alternativas para assegurar a autonomia estratégica da União Europeia, garantindo a defesa do seu território e a salvaguarda do modo de vida dos seus cidadãos. A principal alternativa recai na consolidação da política comum de segurança e defesa. Assim, a União Europeia tem apostado na promoção da Agência Europeia de Defesa; no desenvolvimento de cooperações estruturadas permanentes; nos conceitos de *BattleGroups*, de duplo uso e de mobilidade militar; na Capacidade Militar de Planeamento e Condução de operações militares, sobremaneira, direcionada à formação e treino militar, em reforço à Capacidade Civil de Planeamento e Condução de missões civis, numa perspetiva de capacitação além fronteiras e na discussão – ainda que num patamar ficcional – sobre a criação de um Exército Europeu.

Contudo, a BRI é mais do que uma estratégia de conectividade económica, financeira, cultural e tecnológica. A BRI é uma estratégia sublimemente política. Tanto a China como a União Europeia têm distintas formas de gerir a população dentro do seu território. Num lado está a democracia liberal assente nos princípios *rule of law*, direitos humanos e economia de mercado difundidos como ideais universais de governação e extensíveis à boa ordenação internacional. Do outro lado, impera a recusa e a resistência destes ideais. Ainda que a China seja membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, governa segundo uma abordagem centrada no estado, enraizada no comunismo com características singulares acompanhado pelo modelo de economia de mercado que aposta no *nexu* desenvolvimento e competitividade. Contudo, o modelo de governação chinês tem provado ao mundo ser capaz de proteger o seu modo de vida, os seus valores e interesses, e providenciar bem-estar, mesmo numa atmosfera onde, em todos os recantos e lugares, tudo e todos são observados. A China não pretende disseminar o seu modelo de governação uma vez que tem como princípio basilar a defesa da soberania nacional e não intromissão nos assuntos internos. Aparentemente, a China de forma sublime apresenta ao mundo uma *Pax* chinesa enquanto alternativa para conter o modelo democrático liberal.

Desde a assunção de funções por Xi-Jinping e a aprovação vitalícia do seu mandato semelhante ao mandato do céu, que o domínio da autosoberania acentuou o confucionismo, como sua linha orientadora, e o nacionalismo como o seu alimento.

A teoria confucionista, um dos maiores sistemas filosóficos da China que se preocupa com o culto da harmonia social (Kissinger, 2011), tem por objetivo orientar as relações sociais entre indivíduos e segundo o princípio de reciprocidade. Isto é, esta relação de reciprocidade constitui-se como fórmula que permite estabelecer padrões orientadores do comportamento e da conduta do Homem, promovendo a convivência humana em harmonia, que se inicia na família e que termina na governação da China. Por exemplo, o pai deve cuidar da sua família e a família deve respeitar o pai, tal como Xi-Jinping como Presidente da China e Secretário-geral do Partido Comunista da China deve cuidar pela prosperidade da civilização chinesa e a civilização chinesa deve respeitá-lo.

Já o nacionalismo é o ingrediente que desperta o orgulho em ser chinês, fundamental para enraizar o sentimento de coletividade/de união e para impedir que a civilização chinesa se desintegre com vista à concretização do sonho chinês. O nacionalismo tem sido nutrido pela (in)gestão das seguintes componentes: necessidades básicas; percepção do sentimento individual de segurança; e convivência humana no espaço público.

A gestão das necessidades básicas centra-se na salvaguarda do bem-estar da civilização chinesa que requer a diminuição dos níveis de pobreza, o aumento do número de postos de trabalho e a melhoria do acesso a alimentos, do saneamento básico e dos níveis de escolaridade de toda a população. Esta necessidade tem-se refletido na imperiosidade de desenvolver infraestruturas básicas, desde estabelecimentos de ensino, unidades hospitalares, redes de comunicações até às redes de transportes públicos que ao melhorar a conectividade, aproximando o distante, elevam a mobilidade dos cidadãos e o fluxo de bens, logo o intercâmbio. O comboio de alta velocidade e a construção da ponte que liga Hong Kong, Zhuhai e Macau são disso exemplos.

A gestão da percepção do sentimento individual de segurança relaciona-se com a relação estabelecida entre segurança e liberdade. Ao contrário da democracia liberal, onde a segurança e a liberdade são valores fundamentais, na China a segurança é o valor fundamental. Este facto é a razão que contextualiza a existência de câmaras com reconhecimento facial e de movimento, no espaço público da e na China, mas que contradiz com a forma de vida dos cidadãos da União Europeia.

A gestão da convivência no espaço público tem por base a responsabilidade de orientar a conduta humana no espaço público, o que pode ser desafiante na China dado o elevado número de cidadãos que nela habitam. Embora a teoria de Confúcio seja relevante na orientação do comportamento humano no espaço social, a sua conjugação com o sistema jurídico não parece ser suficiente porque, em complemento, tem sido desenvolvido um sistema de vigilância digital que permanentemente pontua o Homem ao mesmo tempo que o condiciona. Isto é, este sistema padroniza o comportamento humano no espaço público, entre o que é admissível fazer e o tolerável, isolando da sociedade a quem a ele não adere, condicionando o futuro da própria convivência humana.

Ora, este modelo de governação que divulga o culto pela harmonia social ignora práticas que contrariam o primado universal dos direitos humanos, perspetiva a implementação do sistema de crédito social e a abolição do princípio um país dois sistemas com vista à unificação nacional. Estas ações beliscam a esfera dos ideais onusianos (European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, 2019).

Embora representada unicamente por França no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a União Europeia tem também pela frente o desafio de envolver a China na promoção universal daqueles ideais, debatendo-se pela sua abordagem e nunca pelo silêncio. Note-se que a proximidade diplomática, possibilitada pela BRI entre a China e os Estados-Membros da União Europeia: melindra diálogos sobre a prática de direitos humanos na China, nomeadamente, em Xinjiang; afeta o reconhecimento internacional de Taiwan enquanto Estado; e resfria o modo de reunificação nacional pela recente aplicação da lei de segurança nacional a Hong Kong, dando início ao fim um país dois sistemas. No limite, influencia decisões e/ou abstenções políticas. Deste modo, a União Europeia habilmente terá de maturar a parceria estratégica abrangente cuja

complexidade tem sido alvo da elaboração de vários documentos como: em 2018, “*China’s Policy Paper on the European Union*”, em 2018 e o “*EU-China: a Strategic – Outlook*” de 2019.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o comando de uma liderança que dotada de atratividade é, sobretudo, inteligente, o sonho chinês é a face de uma estratégia total que adequa a sua aspiração de longo prazo às necessidades do século XXI. Nesta medida, para influenciar o equilíbrio da balança de poderes por meios que privilegiam o *soft power*, sem negligenciar o *hard power*, a China eleva as capacidades comerciais e tecnológicas ao nível da dissuasão da supremacia militar enquanto profetiza o modelo de benefícios e de ganhos mútuos, em detrimento de soma-zero. Porém, esta liderança atrativa inteligente apesar de sublimemente retirar a nitidez da imposição não nega a dissimulação política.

É desta forma que, como exímia conhecedora da arte do cerco estratégico, a China aproveita a oportunidade em defesa de interesses próprios, envolvendo todos os Estados-Membros da União Europeia que aderem à BRI para lentamente desfragmentar a autonomia estratégico-política da União Europeia. Tal facto é possível devido à exploração do princípio de duplo uso – a possibilidade de usar os portos marítimos em bases navais, a tecnologia em desinformação, o financiamento em gestão, o desenvolvimento mútuo como elemento de atração à *Pax* chinesa.

Atente-se que este sonho chinês surge como alternativa para conter o modelo democrático liberal. Para salvaguardar as suas identidade, soberania e segurança e proteger o seu modo de vida, a União Europeia terá de aprofundar a união, a coesão e o sentimento de identidade coletiva entre todos os Estado-Membros para ultrapassar a abordagem bilateral da China de dividir para governar. Por outro lado, a União Europeia deverá aproveitar a vantagem económica para insistir na promoção do diálogo com a China sobre o abismo dos direitos humanos que se vive no interior das suas fronteiras, evitando sempre o silêncio e indiferente a pressões.

Certamente, que o sonho chinês poderá condicionar a cartografia predominantemente de matriz eurocêntrica face à hipotética movimentação do poder do lado direito para o lado esquerdo do oceano pacífico. Por um lado, a China, que aspira obter reconhecimento e legitimidade internacional para redesenhar a ordem mundial, terá pela frente o desafio de envolver *Todos* sem isolar, e, como afirma, sem impor, ou ser ela própria um impulsionador de um novo meio de imperialismo e/ou colonialismo. No mínimo terá de ser o baluarte da autodeterminação nacional e dos princípios da coexistência pacífica, em todas as relações de cooperação que estabelece. É também na relação de cooperação, especialmente na comercial, que a União Europeia tem a responsabilidade de exigir por um contrato social que beneficie de igual para igual ambas as partes.

Claramente, este sonho provoca choques de pensamentos, ideias, culturas, formas de estar e de ser, o que espicaça mentalidades e gera desconfianças. Sobremaneira, exige outras formas de olhar o mundo e a humanidade. Assim, este choque, que é estimulado pelas proximidade e interação que caracterizam este mundo globalizado, incita à exploração dos mares nunca antes navegados da diferença enquanto complemento à (con)vivência humana e que dá sustentabilidade à paz em detrimento do conflito. Ora, este incitamento exige à União Europeia e à China cedências, mas sobretudo diálogo e uma atitude de conhecer.

O sonho chinês poderá ainda ser o rastilho para uma guerra mundial. Conforme Tucídides alerta, a ascensão da China pode provocar uma reação galopante por parte dos Estados Unidos da América, em que a competição é substituída pela confrontação, com recurso aos meios militares. Tal cenário exige ponderação à União Europeia. Dada a sua relação histórica com o aliado, os Estados Unidos da América, e a sua parceira económica, a China, a União Europeia deverá equacionar a possibilidade de ser a mediadora, evitando ser o palco de outro confronto associado ao despoletar da desestabilização mundial. Num cenário avassalador, terá de evitar ser subserviente dos Estados Unidos da América ou um objeto moldável às mãos da China.

A União Europeia terá ela própria de reverter a estratégia inteligente atrativa da China, explorando os benefícios do duplo uso: a proximidade comercial para persistir na abordagem aos direitos humanos e consciencializar os Estados-membros para as ramificações do uso da tecnologia chinesa; o compromisso com as alterações climáticas para elevar as relações comerciais com a China, desenvolver as energias verdes e responsabilizá-la como elemento chave no desenvolvimento sustentável do planeta; a promoção do sonho de revitalização e de rejuvenescimento da civilização chinesa para promover também o nexos segurança e desenvolvimento da União Europeia; a responsabilidade de mediadora para evitar um conflito mundial; a ascensão da China para responsabilizá-la na promoção da estabilidade e ordem mundiais.

Sobretudo, a União Europeia deverá também aproveitar a parceria estratégica abrangente para evitar o cerco e conter a ascensão chinesa, que surge como alternativa ao modelo democrático liberal.

Numa relação de difícil caracterização, que provoca inquietações devido às incertezas e dúvidas quanto a reais intenções, mas em que a União Europeia e a China rivalizam no domínio político, competem nos domínios económico e tecnológico e colaboram na dimensão ambiental, sem descuidarem do domínio militar, é-lhes exigido o assumir do compromisso na promoção de estabilidade da ordem mundial. Isto é, como Sun Tzu referia, à União Europeia e à China é-lhes solicitado que analisem de forma racional e cuidadosa o contexto para que consigam fazer a gestão equilibrada de variadas assimetrias que mutuamente se influenciam. Ambos deverão ter a hombridade de identificarem o interesse que lhes é comum para que possam, em conjunto, delinear um futuro próspero para humanidade, sem atropelos. No limite terão de ser capazes de preservar a vida humana e os valores de cada um, de modo a que a ascensão de uma não influencie nem a identidade nem a forma de vida da outra. Assim, competir-lhes-á decidirem sobre se o futuro da humanidade será ou não partilhado. Contudo várias questões permanecem: Será um futuro partilhado de prosperidade? Será um futuro em que as diferenças se reforcem mutuamente sem se sobreporem?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carneiro, R., & D'Oliveira Martins, G. (2014). *China e Portugal - cinco centúrias de relacionamento: uma leitura académica*. Lisboa: C. C. Portuguesa, Ed.
- Carriço, M. A. (2018). *Breve Incursão sobre a Conceção Chinesa do Poder nas Relações Internacionais*. Retirado de <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1309>
- China Daily, (2020, 18 de setembro). *China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations*. Retirado de <https://www.chinadaily.com.cn/a/202009/18/WS5f641de9a31024ad0ba7a5de.html>
- European Commission - High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy (2019, 12 de março). *EU-China: A Strategic Outlook*. Retirado de <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-eu-china-a-strategic-outlook.pdf>
- Gaspar, C. (2019). *O Regresso da Anarquia - Os Estados Unidos, a Rússia, a China e a ordem internacional*. Óbidos: Aletheia Editores.
- Holslag, J. (2019). *Guerra e Paz - Uma Histórica Política do Mundo* (1.ª ed.). Alfragida: D. Quixote.
- Huotari, M., & Weidenfeld, J. (2020, 07 de outubro). Introduction: Pursuing a principles-first approach in EU China policy. Em M. Huotari, J. Weidenfeld & C. Wessling (Ed.), *Towards a "principles first approach" in Europe's China Policy Drawing lessons from the covid-19 crisis* (pp. 08-26). Mercator Institute for China Studies. Retirado de https://merics.org/sites/default/files/2020-09/200910_MPOC_EU-China_final_0.pdf
- Hui, W. (2017). *China Século XX - O caminho para a igualdade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Jinping, X. (2018). *A Governança da China II* (Vol. II). Beijing: Editora de Línguas Estrangeiras Cia. Ltda.
- Kissinger, H. (2011). *Da China: uma perspetiva profunda sobre a história da nova superpotência do século XXI*. Lisboa: Quetzal.
- Legarda, H. (2020). Engaging in effective geopolitical competition. Em M. Huotari, J. Weidenfeld & C. Wessling (Eds.), *Towards a "principles first approach" in Europe's China Policy Drawing lessons from the covid-19 crisis* (pp. 77-84). Mercator Institute for China Studies. Retirado de https://merics.org/sites/default/files/2020-09/200910_MPOC_EU-China_final_0.pdf
- Mações, B. (2018). *O Despertar Da EURÁSIA: em busca da nova ordem mundial*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mercator Institute. (2018, 07 de junho). *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand*. Retirado de <https://merics.org/en/analysis/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>
- Nye, J. (2012). *O futuro do poder* (1.ª ed.). Maia: Círculo de Leitores.
- Poggetti, L. (2020, 07 de outubro). Protecting the EU's political sovereignty and unity. Em M. Huotari, J. Weidenfeld & C. Wessling (Ed.), *Towards a "principles first approach" in Europe's China Policy Drawing lessons from the covid-19 crisis* (pp. 31-44). Mercator Institute for China Studies. Retirado de https://merics.org/sites/default/files/2020-09/200910_MPOC_EU-China_final_0.pdf
- Post, S. C. (2019, 01 de dezembro). *China's largest military parade marks National Day*. Retirado de https://www.youtube.com/watch?v=Ayi8ddu_eZg&frags=pl%2Cwn

Wei, Z. W. (2018a, 13 de março). *China's Belt and Road Initiative and the Western World Order*.

Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=zknw4-T7jgw&frags=pl%2Cwn>

Wei, Z. W. (2018b, 20 de março). *What is the unique model behind China's rapid rise?* Retirado de

<https://www.youtube.com/watch?v=oQYr1YUnvFs&frags=pl%2Cwn>

POSFÁCIO DE AUTOR

Adriana Martins é Capitão da Guarda Nacional Republicana (GNR) e doutorada em Ciência Política e Relações Internacionais na especialidade de segurança e defesa (2019), pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, e mestre em Ciências Militares na especialidade de segurança, pela Academia Militar.

É investigadora integrada do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos. Atualmente, é Comandante do Destacamento Territorial de Sintra. Ao longo da sua carreira profissional desempenhou diversas funções e cargos, destacando-se o seguinte: Adjunta do Chefe de Repartição das Relações Internacionais da Divisão de Planeamento Estratégico da GNR; Representante Nacional no 13.º Programa Internacional de Oficiais de Ligação de Polícia promovido pelo Departamento Internacional de Cooperação do Ministério de Segurança da República Popular da China; Adjunta do Chefe do Gabinete Frontex Training Academy da Guarda Nacional Republicana; Adjunta do Chefe do Gabinete de Estudos e Assessoria CEPOL da Guarda Nacional Republicana e Adjunta do Comandante do Destacamento Territorial de Tomar. Foi também colaboradora da EURODEFENSE Portugal.

*Endereço eletrónico: cidium@ium.pt
Telefone : (+351) 213 002 100 | Fax: (+351) 213 002 162
Morada: Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa*



*Capa
Composição gráfica
Tenente-coronel TINF Rui José da Silva Grilo
Sobre aguarela de
Tenente-general Vítor Manuel Amaral Vieira*